

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

PROJETO: PROJETO DE AMPLIAÇÃO DE POSTO DE SAÚDE – ESF RODEIOZINHO

LOCAL: LINHA PDV 117, S/N, INTERIOR, PAPANDUVA – SANTA CATARINA.

MEMORIAL DESCRITIVO – AMPLIAÇÃO DE POSTO DE SAÚDE – ESF RODEIOZINHO

O presente memorial descritivo apresentado refere-se a ampliação do posto de saúde, no município de Papanduva, no interior, com uma área total **204,00m²**.

Sumário

1 – DISPOSIÇÕES GERAIS	3
1.1 – OBJETIVO	3
1.2 – NORMAS, OMISSÕES E DIVERGÊNCIAS	3
1.3 – EXECUÇÃO	4
1.3.1 RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA	5
1.3.2 RESPONSABILIDADE DA FISCALIZAÇÃO	6
1.3.3 MATERIAIS	7
2 – SERVIÇOS INICIAIS/DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	8
3 – FUNDAÇÕES EM SAPATAS	9
4 – ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO	9
5 – ESTRUTURA METÁLICA GARAGEM E TELhado AMPLIAÇÃO	10
6 – ALVENARIA	10
7 – REVESTIMENTOS	11
8 – PISOS	11
9 – FORRO	12
10 – ESQUADRIAS	12
11 – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	13
12 – INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	13
13 – INSTALAÇÕES PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	14
14 – PINTURA EXTERNA E INTERNA	14
15 – ACESSÓRIOS	14
16 – IMPERMEABILIZAÇÃO	15
17 – LIMPEZA FINAL E CONSIDERAÇÕES	15

1 – DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 – OBJETIVO

O presente caderno tem por objetivo estabelecer as normas e encargos para a reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde do Município de Papanduva, fixando as obrigações do Município (denominado de CONTRATANTE), representado pela FISCALIZAÇÃO, e da empresa a ser contratada através do processo licitatório, denominada CONTRATADA. O Projeto Arquitetônico prevê a área total de intervenção de 204,00 metros quadrados em um pavimento, localizado no interior do município.

1.2 – NORMAS, OMISSÕES E DIVERGÊNCIAS

Além do que preceituam as normas vigentes da ABNT para edificações, Leis/Decretos Municipais e Estaduais, e do que está explicitamente indicado no projeto, o serviço também deverá obedecer às especificações do presente Caderno.

Em caso de dúvida ou omissões, será atribuição da FISCALIZAÇÃO fixar o que julgar indicado, tudo sempre em rigorosa obediência ao que preceituam as normas e regulamentos para as edificações, ditadas pela ABNT e pela legislação vigente.

Em caso de divergências entre o presente Caderno e o Edital, prevalecerá sempre este último. Em caso de divergências entre as cotas de desenhos e suas dimensões, medidas em escala, prevalecerão sempre as primeiras. Em caso de divergências entre desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de menor escala, ou seja, os desenhos mais próximos à escala real.

No caso de não estar especificado nos desenhos e neste Caderno, deverá ser considerada a especificação usual de mercado para produtos e serviços de 1ª qualidade. Divergências que restem, cabe à FISCALIZAÇÃO esclarecê-las.

1.3 – EXECUÇÃO

O objeto deverá ser executado por profissionais devidamente habilitados, abrangendo todos os serviços, desde a instalação do canteiro até a limpeza e entrega da obra, com todas as instalações e sistemas em perfeito e completo funcionamento.

Antes do início do serviço, a CONTRATADA deverá apresentar ART de execução, CNO e o livro de registro de funcionários.

No prazo executivo da obra já está computada a incidência de chuvas do período, devendo a CONTRATADA dimensionar sua (s) equipe (s) para garantir a execução da obra no prazo estipulado, executando as atividades em turnos variados, finais de semana e feriados caso necessário à recuperação do cronograma.

O profissional credenciado para dirigir os trabalhos por parte da CONTRATADA deverá dar assistência aos serviços da obra, devendo fazer-se presente em todas as etapas da execução dos serviços e acompanhar as vistorias efetuadas pela FISCALIZAÇÃO. Também deverá realizar a compatibilização in loco, observar e prever eventuais problemas, sendo sempre recomendável que apresente à FISCALIZAÇÃO os problemas constatados juntamente com possíveis soluções.

Deverá a CONTRATADA providenciar, antes do efetivo início da execução as instalações provisórias que visam a execução do canteiro de obras.

Todas as ordens de serviço ou comunicações da FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA, ou vice-versa, como alterações de materiais, adição ou supressão de serviços, serão transmitidas por escrito, e somente assim produzirão seus efeitos.

Qualquer alteração ou inclusão de serviço, que venha acarretar custo para o CONTRATANTE somente será aceito após apresentação de orçamento, e autorizada pela FISCALIZAÇÃO por meio escrito, sob pena de não aceitação das mesmas em caso de desacordo.

Todo e qualquer serviço realizado para este Município deverá obedecer às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho – NR, aprovada pela Portaria 3214, de 08 de junho de 1978, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, em especial a NR-18 (condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção) e a NR-35 (trabalho em altura).

A FISCALIZAÇÃO poderá paralisar a obra se a empresa CONTRATADA não mantiver suas atividades dentro de padrões de segurança exigidos por lei.

Os empregados da empresa CONTRATADA deverão se apresentar para o trabalho devidamente uniformizados e identificados.

Fica a CONTRATADA responsável pelo fornecimento e manutenção do uso pelos operários de equipamentos de proteção individual (EPI) estabelecidos em norma regulamentadora do Ministério do Trabalho, tais como: capacetes de segurança, protetores faciais, óculos de segurança contra impactos, luvas e mangas de proteção, botas de borrachas, calçados de couro, cintos de segurança, máscaras, avental de raspa de couro e outros que se fizerem necessários.

A remuneração relativa ao fornecimento dos equipamentos de proteção individual encontra-se incluída juntamente aos códigos de mão de obra da planilha orçamentária, conforme metodologia adotada pelo SINAPI. Quando os códigos de mão de obra incluem a expressão “com encargos complementares”, encontram-se incluídas além da remuneração pela hora trabalhada as remunerações pela alimentação, transporte, exames médicos, seguro, ferramentas, EPI e cursos de treinamento. Todos os códigos de mão de obra utilizados na elaboração do orçamento são do tipo “com encargos complementares”, contemplando desta maneira o fornecimento de EPI’s.

Fica a CONTRATADA responsável pelo estabelecimento, instalação e manutenção dos equipamentos de proteção coletiva (EPC) estabelecidos em norma regulamentadora do Ministério do Trabalho, conforme projeto específico dos EPC.

1.3.1 RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A menos que especificado em contrário, a execução de todos os serviços descritos e mencionados nas especificações e os constantes dos desenhos dos projetos, bem como todo o material, mão-de-obra e equipamentos para execução ou aplicação na obra;

Respeitar o projeto, especificações e determinações da FISCALIZAÇÃO, não sendo admitidas quaisquer alterações ou modificações do que estiver determinado pelas especificações e/ou projetos;

Retirar imediatamente do canteiro qualquer material que for rejeitado em inspeção pela FISCALIZAÇÃO;

Desfazer ou corrigir os serviços rejeitados pela FISCALIZAÇÃO, dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com as despesas de material e mão-de-obra envolvidas;

Acatar prontamente as exigências e observações da FISCALIZAÇÃO, baseadas nas especificações, projeto e regras técnicas. Nenhuma alteração poderá ser feita nos serviços especificados sem o prévio consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO;

Despesas e todas as providências necessárias às ligações provisórias às redes públicas, caso necessário.

Remover todo o entulho proveniente dos serviços de limpeza, bem como aqueles que venham a se acumular durante a execução da obra, para área permitida pela Prefeitura local.

O que também estiver mencionado como de sua competência e responsabilidade adiante neste Caderno, Edital e Contrato.

Durante todo o período de obra a CONTRATADA deverá entregar mensalmente relatório fotográfico com breve explicação dos serviços realizados divididos semanalmente. Este relatório deverá ser entregue digitalmente a FISCALIZAÇÃO permitindo a verificação e acompanhamento das atividades e serviços realizados apresentando de forma clara e concisa as atividades desenvolvidas na obra.

1.3.2 RESPONSABILIDADE DA FISCALIZAÇÃO

Exercer todos os atos necessários à verificação do cumprimento do Contrato, dos projetos e das especificações, tendo livre acesso a todos os locais de execução da obra. Para isso, deverão ser mantidos em perfeitas condições as escadas, andaimes, etc., necessários à vistoria dos serviços em execução;

Sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado na conformidade das Normas da ABNT e dos termos do projeto e especificações, ou que atentem contra a segurança;

Não permitir nenhuma alteração nos projetos e especificações, sem prévia justificativa técnica por parte da CONTRATADA à FISCALIZAÇÃO, cuja autorização ou não, será feita também por escrito por meio da FISCALIZAÇÃO;

Decidir os casos omissos nas especificações ou projetos, sendo sempre que necessário consultado o RT pelo projeto;

Controlar o andamento dos trabalhos em relação aos cronogramas;

O que também estiver mencionado como de sua competência e responsabilidade, adiante neste Caderno, Edital e Contrato.

1.3.3 MATERIAIS

A não ser quando especificados em contrário, os materiais a empregar serão todos nacionais, de primeira qualidade e obedecerão às condições da ABNT.

Todos os materiais seguirão rigorosamente o que for especificado no presente Caderno e deverão receber autorização da FISCALIZAÇÃO para seu uso na obra.

A expressão "de primeira qualidade", quando citada, tem nas presentes especificações, o sentido que lhe é usualmente dado no comércio; indica, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto, a gradação de qualidade superior.

É vedado à CONTRATADA manter no canteiro quaisquer materiais que não satisfaçam às condições destas especificações.

Nos itens em que há indicação de marca, nome de fabricante ou tipo comercial, estas indicações se destinam a definir o tipo em que se enquadram na concepção global do projeto e no padrão de qualidade requerido. Poderão ser aceitos produtos similares equivalentes devendo o pedido de substituição ser efetuado por escrito à FISCALIZAÇÃO, que por sua vez analisará em conjunto com os autores do projeto, indicando a solução a ser adotada.

Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material especificado por outro, este pedido de substituição deverá ser instruído com as razões determinantes para tal, orçamento comparativo e laudo de exame.

2 – SERVIÇOS INICIAIS/DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

O terreno é no interior, onde atualmente encontra-se edificada e em funcionamento a única Unidade Básica de Saúde que atende a população do Município, sendo classificada como uma UBS Porte 4. A edificação dispõe de redes de energia elétrica e abastecimento de água potável em funcionamento, as quais serão disponibilizadas para a execução da obra.

A ampliação se dará em parte aos fundos da edificação, realizando a abertura do banheiro existente que passaram a compor o corredor, e também sobre a lateral esquerda da edificação, que abrigara uma garagem para os veículos, buscando complementar o programa de necessidades com ambientes que se mostraram necessários através da experiência de uso da Unidade, buscando a qualificação do atendimento ao público.

Deverá ser providenciado a demolição da parede do banheiro, a limpeza do fundo e lateral do terreno para iniciar os serviços de terraplenagem do mesmo.

Deverão ser providenciado as demais remoções de louças, equipamentos, esquadrias e demolições da parede em alvenaria e forro, para possibilitar a execução da obra conforme previsto em projeto.

A demarcação da obra deverá ser feita com gabarito de tábuas corridas, pontaleadas a cada 2,00 m. Deverão ser utilizadas peças de madeira não aparelhadas, secas, não fletidas, do tipo sarrafo (2,5 x 7 cm), caibro (7,5 x 7,5 cm) e tábuas (2,5 x 23 cm).

Os elementos deverão ser marcados através de pregos e pintados com tinta acrílica na cor branca. Também deverá ser executada central de armadura no canteiro de obras, com estrutura em peças de madeira similares às peças utilizadas para o gabarito, piso em lastro de concreto magro, cobertura em telha de fibrocimento e paredes de madeira compensada.

A central de armadura deverá contar com a instalação elétrica provisória necessária para a execução das obras. Os movimentos de terra (aterros) necessários para adequação do terreno ao projeto proposto, serão executados pela CONTRATADA e estão restritos ao reaterro das áreas internas do pavimento térreo.

3 – FUNDAÇÕES EM SAPATAS

A edificação terá fundações do tipo sapata em concreto armado. Os elementos das fundações, ou seja, sapatas e vigas deverão seguir a locação, níveis, seções, dimensões e armaduras indicadas no projeto específico. As escavações necessárias para a execução dos elementos encontram-se previstas no orçamento e deverão ser executadas pela empresa contratada. As sapatas deverão ser escavadas mecanicamente/manualmente. A diferença de nível entre o topo da concretagem da sapata e o fundo da forma das vigas baldrame deverá ser reaterrada manualmente com utilização de soquete.

Para a concretagem das sapatas deverá ser executada fôrma em tábuas de madeira serrada e utilizados espaçadores a fim de impossibilitar o contato da armadura com o solo. As vigas baldrame também deverão ter fôrmas nas duas faces laterais e também deverão ser utilizados espaçadores para impossibilitar o contato da armadura com o solo. Na locação do nível do pavimento térreo deverá ser respeitado o nível da edificação existente, de maneira que após a execução do contrapiso e piso este fique nivelado com o piso da edificação existente.

A impermeabilização das vigas baldrame deverá ser executada com emulsão asfáltica (manta líquida de base asfáltica modificada com a adição de elastômeros diluídos em solvente orgânico) e deverá ser executada na face superior e nas faces laterais (interna e externa), na altura de 20 cm. Os detalhes do projeto de fundações constam no projeto específico.

4 – ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO

A estrutura de concreto armado será composta por pilares, vigas de concreto armado, que deverão ser executadas nos níveis, dimensões, seções e demais detalhes do projeto específico.

As fôrmas utilizadas deverão ser fabricadas com madeira serrada, com tábuas planas e esquadrejadas e montadas de maneira a possibilitar a concretagem sem nenhum tipo de estufamento das fôrmas. Todo o concreto utilizado nas concretagens, inclusive das fundações, deverá ser do tipo usinado bombeável, classe de resistência C25, com brita 0 e 1, slump = 100+/- 20 mm.

Eventualmente, a critério do responsável técnico pela execução poderá ser utilizado concreto com slump maior para melhor trabalhabilidade de maneira a possibilitar a concretagem dos elementos com alta densidade de armadura.

Para todas as concretagens deverão ser respeitados rigorosamente os tempos de cura do concreto, sendo no mínimo sete dias para desforma e no mínimo vinte e um dias para retirada de escoramento de vigas. A critério e sob responsabilidade exclusiva do responsável técnico pela execução poderá ser optado pela retirada do escoramento em período menor que 21 dias, porém nunca inferior a 14 dias.

5 – ESTRUTURA METÁLICA GARAGEM E TELHADO AMPLIAÇÃO

A estrutura será do tipo tesoura terço executada conforme projeto e fabricada com a utilização de guias de madeira não aparelhada, em cima dos consultórios. O telhamento será de telhas onduladas de termoacusticas, com recobrimento lateral de 1/4 de onda.

Sob a garagem seguirá o mesmo padrão de telha porém a estrutura será metálica, conforme projetos e caderno de detalhamento.

6 – ALVENARIA

Todas as paredes deverão ser executadas respeitando os alinhamentos, espessuras, dimensões, vãos e demais detalhes do projeto. As paredes em alvenaria serão de blocos cerâmicos furados na horizontal, dimensões mínimas 9 x 19 x 39 cm, assentados com argamassa traço 1:2:8 (cimento, cal e areia), com espessura de parede de 9 cm no osso (1vez).

A argamassa de assentamento deverá ter traço 1:2:8 (cimento, cal e areia). Nas vergas e contra vergas das esquadrias deverá ser executada viga de concreto armado moldada in loco. O transpasse mínimo das vergas deverá ser de 35 cm para cada lado do vão e das contravergas deverá ser de 45 cm do vão ou até o pilar mais próximo quando esta distância for menor que as distâncias especificadas.

7 – REVESTIMENTOS

Alvenarias internas e externas serão revestidas com argamassa de três camadas composta por chapisco + emboço + reboco. O chapisco deverá ter traço 1:4 (cimento: areia) e deverá ser aditivado com emulsão polimérica para aumentar a adesão ao substrato. O emboço/reboco deverá ser preparado com traço 1:2:8 (cimento: cal: areia), com preparo mecânico e aplicação manual. O emboço nas paredes internas deverá ter espessura mínima de 20 mm, nas paredes externas espessura mínima de 25 mm e nos tetos espessura de 10 mm. Nos ambientes que receberão revestimento cerâmico o emboço deverá ter espessura de camada mínima de 20 mm.

Os sanitários e parede frontal serão revestidos com cerâmica tipo esmaltada extra até o teto, nas áreas indicadas em projeto. O padrão de cor do revestimento cerâmico deverá ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO, dentro das opções disponíveis apresentadas pela CONTRATADA, respeitando-se os parâmetros financeiros previstos na planilha orçamentária.

8 – PISOS

As áreas internas da edificação, deverá ser executado piso, $e = 8$ cm, em concreto fck = 20 Mpa, traço 1:2,7:3 (em massa seca de cimento/areia média/brita 1) aplicado sobre lastro com material granular (pedra britada no 1 e no 2) com $e = 5$ cm. O piso deverá ser perfeitamente nivelado, com caimentos em direção às portas externas. Deverão ser instaladas soleiras em granito polido, tipo andorinha/quartz/castelo/corumbá ou outros equivalentes da região, $l = 15$ cm, $e = 2,0$ cm as soleiras das portas externas.

O revestimento cerâmico será com placas tipo porcelanato, borda reta, extra, de dimensões 30 x 20 cm. O padrão de cor do revestimento cerâmico deverá ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO, dentro das opções disponíveis apresentadas pela CONTRATADA, respeitando-se os parâmetros financeiros previstos na planilha orçamentária.

Deverá ser executado rodapé cerâmico, branco, com 7cm de altura, colado com adesivo acrílico de base aquosa, próprio para o produto utilizado, de acordo com orientação específica do fabricante do produto utilizado. A instalação do rodapé deverá ser executada posteriormente à execução do emassamento, lixamento e pintura das paredes.

9 – FORRO

A execução do barroteamento será executado em todos os ambientes com peças de madeira de lei tipo ripão, devidamente alinhados e nivelados formando quadros de 40cm de lado e fixados nas laterais diretamente nas paredes de alvenaria, e as peças intermediárias através de pendurais da mesma madeira pregados na estrutura da cobertura.

Todos os ambientes receberão forro em PVC de 10cm na cor branca e acabamento com perfis e emendas também em PVC.

10 – ESQUADRIAS

As esquadrias deverão seguir as dimensões e localização previstas no projeto arquitetônico. Todas as janelas terão pingadeira em granito, que deverá ser instalada anteriormente à instalação da janela, com inclinação mínima de 1% para o lado externo e projeção mínima de 3 cm além da parede. As janelas deverão ser de alumínio do tipo de correr ou maxim-ar, de acordo com a especificação constante no quadro geral de janelas. As portas internas serão do tipo semi-oca, padrão médio, espessura mínima de 3,5 cm, incluso dobradiças e fechadura com execução do furo. As maçanetas das portas internas não deverão ser do tipo arredondado tanto do lado interno quanto externo, devendo todas serem do tipo alavanca.

Todas as esquadrias deverão seguir rigorosamente as especificações constantes na planilha orçamentária e deverão garantir estanqueidade total, em conformidade com as normas técnicas vigentes. As esquadrias externas deverão ter seu modelo previamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO, que deverá ser consultada anteriormente à encomenda da totalidade dos materiais, para que emita parecer aprovando o modelo a ser utilizado e sua conformidade em relação ao especificado em projeto.

Para esta aprovação deverá ser apresentado modelo físico idêntico ao que será utilizado de fato na obra (esta exigência poderá ser dispensada pela FISCALIZAÇÃO mediante apresentação de especificação de catálogo com detalhamento de modelo/linha que será utilizado).

O corrimão que será instalado na rampa de acesso deverá ser executado conforme as orientações da NBR 9050 que se aplicarem ao caso, não sendo permitido que as pontas dos

tubos tenham arestas vivas e sendo obrigatório que o corrimão tenha sequência em toda a extensão, não sendo permitido interrupções em seu percurso. O corrimão deverá ser duplo, fabricado em perfil tubular de alumínio diâmetro 1 1/2" e instalado nas alturas de 0,72 m e ,90 m.

11 – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

A instalação elétrica será conectada ao quadro de distribuição existente, ao qual deverão ser adicionados os disjuntores necessários especificados no Projeto de Instalações Elétricas. Deste ponto irão partir os circuitos, de acordo com o projeto específico, respeitando-se as especificações de disjuntor, circuitos, comandos e cabos.

Nas paredes e no forro os circuitos serão embutidos em eletrodutos flexível corrugado. Todas as luminárias serão do tipo painel de led de embutir, 25 w, quadrada, temperatura de luz 6000 K, com corpo de alumínio, difusor em policarbonato, com tensão nominal de 100V a 240V e fluxo luminoso mínimo de 1680 lm, incluso transformador eletrônico (driver), o qual deverá ser instalado no forro, próximo à luminária.

Todos os materiais deverão ser os especificados no projeto e orçamento. A instalação deverá ser completamente aterrada, conectando todos os pontos de utilização no barramento de aterramento e deste até a barra de aterramento, localizada junto à entrada de energia, conforme exigência da concessionária.

12 – INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

Os pontos de consumo de água deverão ser conectados à rede existente no atual reservatório, a partir do qual seguirá a rede de distribuição para abastecimento dos pontos propostos. Deste irá partir a distribuição predial, derivando para os diversos pontos de consumo por tubulação de PVC 25 mm. Deverá seguir o traçado e especificações do projeto específico.

Os comandos serão todos de metais (registos e torneiras), os vasos e lavatórios de louças esmaltada e considerada completa para o seu funcionamento. A bacia sanitária deverá ser adaptada para PNE, em termos de altura do assento e também deverá ser provida de barras de apoio de 80 cm, instaladas conforme indicado em planta.

Os efluentes sanitários serão recolhidos e conectados à rede existente. Todo o sistema de encaminhamento de efluentes deverá ser dotado de fecho hídrico, nas bacias sanitárias, pias, lavatórios e ralos, que além de sifonados deverão ter tampa com fechamento escamoteável, a fim de evitar a entrada de animais sinantrópicos.

13 – INSTALAÇÕES PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

Deverá seguir o projeto aprovado junto ao corpo de bombeiro, com o posicionamento das luminárias de emergência, placas de sinalização e extintores.

14 – PINTURA EXTERNA E INTERNA

As pinturas somente poderão ser executadas após a cura completa da argamassa de reboco, que é de 28 dias. Todas as paredes, tanto internas quanto externas deverão ser lixadas e limpas antes do recebimento da aplicação do fundo selador acrílico, em uma demão, que deverá ter o tempo de secagem recomendado pelo fabricante respeitado.

Nas paredes de alvenaria, sobre o fundo selador acrílico deverá ser aplicada tinta látex acrílica do tipo premium, em duas demãos, respeitando-se o tempo de secagem recomendado pelo fabricante.

As tintas a serem utilizadas, bem como suas cores, deverão ser previamente aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, que irá liberar a sua utilização na obra. A definição das cores deverá ocorrer em conjunto com a Secretaria responsável, e estas deverão ser claras nas áreas internas da edificação.

15 – ACESSÓRIOS

Deverão ser instalados seguindo as normativas e projetos aprovados, sempre seguindo os alinhamentos e medidas das normativas, e caso ocorra dúvidas deverá ser previamente solicitado a FISCALIZAÇÃO.

16 – IMPERMEABILIZAÇÃO

A viga baldrame deverá ser impermeabilizadas na face superior e faces laterais (altura de 20 cm) com duas demãos de emulsão asfáltica (manta líquida de base asfáltica modificada com a adição de elastômeros diluídos em solvente orgânico), respeitando-se o consumo e modo de aplicação recomendado pelo fabricante do produto específico a ser utilizado.

As paredes do PCD e BWC deverá ser executado internamente impermeabilizadas com argamassa polimérica/membrana acrílica do tipo semiflexível (bicomponente), em 4 demãos, reforçada com véu de poliéster. No rodapé (encontro da alvenaria com a laje) deverá ser executado tratamento com reforço de véu de poliéster a fim de possibilitar a estanqueidade do encontro da alvenaria com a laje.

A impermeabilização deverá ser executada seguindo todos as orientações técnicas do fabricante dos produtos utilizados, respeitando os tempos de cura e janelas de aplicação e após a execução deverá ser executado teste de estanqueidade em conformidade com as normas técnicas aplicáveis para a liberação das etapas subsequentes da obra.

17 – LIMPEZA FINAL E CONSIDERAÇÕES

Ao final da obra deverá ser executada limpeza completa com jato de alta pressão das superfícies internas e externa, tomando-se o cuidado para que não ocorram danos nas pinturas e acabamentos já executados e resultando em superfícies limpas de poeira e outras sujidades.

Os revestimentos cerâmicos deverão ser limpos com pano úmido e entregues completamente livres de qualquer tipo de resíduos, sejam eles argamassa de rejuntamento ou colas utilizadas na finalização das instalações.

Todos os resíduos gerados pela obra deverão ser encaminhados corretamente pela CONTRATADA, seguindo-se as regras municipais de destinação de entulho. Ao final da obra, tanto nas áreas internas quanto externas não deverá haver presença de qualquer tipo de material restante da obra.

Mateus José Poletto
Engenheiro Civil
CREA/SC – 102.733-9